Território usado e circuito inferior: o mercado insurgente de pescado na Praça XV - Rio de Janeiro (1980-1991)

Used territory and lower circuit: the insurgent fish market in Square XV - Rio de Janeiro (1980-1991)

Territoire utilisé et circuit inférieur: le marché insurgent des poissons à la Place XV - Rio de Janeiro (1980-1991)

Territorio utilizado y circuito inferior: el mercado insurgente del pescado en la Plaza XV - Rio de Janeiro (1980-1991)

Luís de Souza Junior, Luis Henrique Leandro Ribeiro e Catia Antonia da Silva

Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/21377>

DOI: 10.4000/espacoeconomia.21377

ISSN: 2317-7837

Editora

Núcleo de Pesquisa Espaço & Economia

Refêrencia eletrónica

Luís de Souza Junior, Luis Henrique Leandro Ribeiro e Catia Antonia da Silva, «Território usado e circuito inferior: o mercado insurgente de pescado na Praça XV - Rio de Janeiro (1980-1991)», *Espaço e Economia* [Online], 22 | 2021, posto online no dia 15 janeiro 2022, consultado o 11 agosto 2022. URL: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/21377> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.21377>

Este documento foi criado de forma automática no dia 11 agosto 2022.

Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional - CC BY-NC-SA 4.0
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

Território usado e circuito inferior: o mercado insurgente de pescado na Praça XV - Rio de Janeiro (1980-1991)

Used territory and lower circuit: the insurgent fish market in Square XV - Rio de Janeiro (1980-1991)

Territoire utilisé et circuit inférieur: le marché insurgent des poissons à la Place XV - Rio de Janeiro (1980-1991)

Territorio utilizado y circuito inferior: el mercado insurgente del pescado en la Plaza XV - Rio de Janeiro (1980-1991)

Luís de Souza Junior, Luis Henrique Leandro Ribeiro e Catia Antonia da Silva

Introdução

- 1 A metrópole do Rio de Janeiro, até meados dos anos 1970, foi um importante centro de distribuição do pescado em âmbito nacional. Tal condição foi possível em virtude da concentração da produção do pescado no Entrepasto Federal de Pesca, localizado na Praça XV de Novembro na área central do Rio de Janeiro e do aumento da demanda pelo produto para uma crescente população urbana. Todavia, em virtude do incremento tecnológico e organizacional do setor pesqueiro pós década de 1950, houve o aumento expressivo na produção de pescado ao longo das décadas seguintes, fato que fez com que o Entrepasto Federal excedesse a sua capacidade de armazenamento e circulação.
- 2 Em 1956, a publicação do *Relatório da Missão Portuguesa de Pesca no Brasil* (LEMOS, 1956) detectou problemas estruturais no Entrepasto Federal de Pesca no Rio de Janeiro. No documento constava que o entreposto possuía insuficiência da sua área molhada de

cais, atracação e apetrechamento de carga, de embarcações e de abastecimento de gelo. Tais fatores o tornavam obsoleto sob quase todos os aspectos. O entreposto que surgira como solução uma década antes se tornou obsoleto graças ao vertiginoso aumento da população do município e das transformações provocadas pela metropolização, fazendo com que a estruturação não suprisse a totalidade das demandas da nascente metrópole da sociedade urbano-industrial fluminense.

- 3 O pescado proveniente das embarcações de pesca ou dos caminhões oriundos de diversos lugares que desembarcavam no Entreposto Federal de Pesca era transacionado no salão, em um dos seus 72 boxes. Dado ao aumento exponencial do comércio de pescado, muitas vezes extrapolava a capacidade de armazenamento do entreposto, alimentando um ruidoso e estigmatizado mercado “clandestino” de pescado que acontecia nos arredores da praça XV. Sob a tutela dos pregoeiros de pesca, o mercado funcionava paralelamente ao comércio no salão do entreposto sem, contudo, precisar passar pela fiscalização e certificação de inspeção sanitária expedido pela Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB) e pela Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEN).
- 4 Nesse sentido, nos interstícios do centro urbano coabitam diferentes formas de comércio, cuja presença assegura a reprodução social das classes populares que avoluma e densifica as divisões do trabalho e a sociodiversidade metropolitana. Cada vez mais frequente, tais formas de comércio passam a ser indesejadas e combatidas pelo poder público e pelas frações de classe dominante que almejam renovar e revalorizar o centro histórico em função de seus usos e interesses.
- 5 Partindo do território usado (SANTOS, 1994; 2012) como categoria de análise, o artigo tem o objetivo de compreender os circuitos da economia urbana, a partir das formas de comércio do pescado na Praça XV de novembro, localizado no Centro do Rio de Janeiro. Identificando suas relações de cooperação, tensão e conflito com o poder público e demais agentes da economia urbana, suas formas de trabalho e diferenciações com as noções de informalidade, pretende-se analisar os motivos que levaram à intensificação dos conflitos na década de 1980 e o seu fim com a desativação do Entreposto Federal de Pesca em 1991.

Os usos populares do território: do setor informal ao circuito inferior

- 6 Nas grandes cidades dos países de capitalismo tardio, a verticalização industrial veio acompanhada da horizontalização de um amplo setor terciário, fruto da modernização conservadora, conforme ensina Oliveira (1973). Como resultado da modernização conservadora, a renovação da materialidade do território combinou dialeticamente formas econômicas modernas e uma multiplicidade de economias invisíveis e socialmente necessárias em contextos urbanos. Tais economias invisíveis foram enviezadamente denominadas “atrasadas”.
- 7 As mudanças econômicas e as inflexões do capitalismo na década de 1970 provocaram transformações profundas no mercado e no mundo do trabalho tanto nos países centrais como periféricos. A globalização expressa geograficamente pelo meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2012) consolidou uma mesma base técnica em diferentes territórios em consonância com a chegada de normas de controle rígidas (TOZI, 2012). Tais fatos, ao passo que culminou no maior controle da circulação, a recente espessura informacional dos territórios possibilitou a fluidez de mercadorias,

ordens, dinheiro, pessoas e informações, atualizando também as formas de produção e consumo das classes populares nas sociedades periféricas.

- 8 As diferentes formas e frequências de produção e consumo variam de acordo com as épocas e territórios às quais se encontram inseridos. Para Montenegro (2012), o setor informal é a noção dualista de explicação da economia no terceiro mundo que ganhou mais visibilidade e adesão no plano internacional.

A noção de setor informal emergiu desta tradição dos modelos dualistas de análises das estruturas das economias do Terceiro Mundo, desenvolvida por autores como Boeke (1953) e Lewis (1954). O aparecimento da expressão 'setor informal' é geralmente atribuído ao relatório, do início da década de 1970, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o Quênia ('RapportKenya', ILO, 1972). (MONTENEGRO, 2012 p. 152)

- 9 Frequentemente o conceito de informalidade também está atrelado à ausência de vínculos empregatícios formais ou setores que se encontram "à margem" do sistema tributário, atributo indispensável da dimensão normativo-regulatória do Estado. Para Santos (2020), um dos estudos pioneiros sobre a informalidade foi realizado pelo antropólogo Hart em sua análise sobre o transporte de minério em Gana. Este autor destaca que as empresas mineradoras contratavam meios de transportes de diferentes níveis de capitalização, incluindo empresas do setor informal da economia, muitas vezes atuando em escala internacional. Nota-se a partir desse estudo que o setor informal atua em diferentes etapas da produção variando conforme as especificidades da formação socioespacial.
- 10 Caccimali (2001; 2007) ao descrever a diversidade de interpretações acerca do setor informal, apresenta a evolução do conceito ao longo do tempo, incorporando as mudanças estruturais da esfera produtiva no atual período histórico e as particularidades das regiões nas quais a categoria foi utilizada. Em linhas gerais, para a autora o setor informal é a resposta aos novos processos societários da revolução tecnológica em andamento, poupadora de trabalho, e à reorganização política e econômica que incita mudanças e adaptações do conteúdo das atividades econômicas, relações de trabalho e ocupações. As consequências dessas relações econômicas resultam na construção de novas formas sociais e jurídicas ou sua adaptação (CACCIMALI, 2001 p. 78).
- 11 Embora o presente artigo não pretenda esgotar os desdobramentos da economia informal, cabe mencionar uma crítica comum na literatura econômica à categoria em questão. Ao classificar as inúmeras formas de produção e estratégias de vida nas cidades em setor tradicional, estático e pouco criativo, de um lado, em contraste com um setor moderno, dinâmico e altamente inovador, de outro, os teóricos da economia dualista incorrem no erro de associar as classes populares e comunidades tradicionais a uma espécie de "camisa de força", como se a cultura econômica estivesse cristalizada em tempos-espacos pretéritos tornando-se um entrave ao desenvolvimento inexorável das forças produtivas. Tais concepções classificam a economia informal em atrasada, ainda que notoriamente a economia vinculada às classes populares seja muito mais criativa e implica em usos e adaptações de diferentes técnicas, denotando táticas (CERTEAU, 1998), artes de resolver a vida (RIBEIRO, 2013) e envolvimento de capacidades que escapam aos liames estreitos do território normado. Portanto, muitas vezes termos como informalidade, economia das sombras, mercado negro, paralelo ou clandestino são formas discursivas de estigmatização visando deslegitimar e inviabilizar formas populares de produção e consumo.

- 12 Dessa forma, ao compreender a cidade como uma totalidade em totalização, como lócus da produção e reprodução social, comportando a humanidade em toda sua multiplicidade existencial, é imprescindível buscar os vínculos entre os seus nexos estruturantes. Neste sentido a cidade é copartícipe de outras duas totalidades, a saber: a formação socioespacial e o mundo (ARROYO, 2019 p. 53). Nos países periféricos, o crescimento econômico seletivo e concentrador resultante das modernizações, atende de forma diferente a produção e o consumo dos habitantes da cidade. Os desdobramentos dos processos modernizantes nos territórios periféricos se encontram ancorados na teoria dos dois circuitos da economia urbana elaborada por Milton Santos (1978). Para o autor, as modernizações do território dos países do “Terceiro Mundo” são seletivas, conduzindo à formação de dois subsistemas cooperativos e conflituosos: o circuito superior e o circuito inferior. A relação entre um número variado de agentes e as parcelas do meio construído em que atuam nas diversas etapas produtivas exige um exame pormenor da relação entre a esfera econômica e os usos do território.

O circuito superior originou-se diretamente da modernização tecnológica e seus elementos mais representativos hoje são os monopólios. O essencial de suas relações ocorre fora da cidade e da região que os abrigam e tem por cenário o país ou o exterior. O circuito inferior, formado de atividades de pequena dimensão e interessando principalmente às populações pobres, é, ao contrário, bem enraizado e mantém relações privilegiadas com a sua região (SANTOS, 1978, p. 16)

- 13 Diferente da dicotomia moderno-tradicional propagada pelos teóricos da economia dualista, os dois subsistemas dos circuitos da economia urbana são desdobramentos de uma mesma lógica e tem a mesma gênese, a penetração da modernização nos sistemas urbanos dos países periféricos. Dada a imensa segmentação social das grandes cidades dos países periféricos, e cada vez mais também nas dos países centrais, o acesso à produção e ao consumo se dão de diferentes maneiras às quais “são a causa e o efeito de diferentes circuitos de produção” (MONTENEGRO, 2012, p. 54). Na teoria dos dois circuitos, as diferentes formas de trabalho presentes no sistema urbano são, direta ou indiretamente, produto da modernização seletiva e concentradora.
- 14 Sendo originados dos mesmos processos de modernização, os dois circuitos atendem as cidades de forma segmentada em diferentes níveis de capital, organização e tecnologia. Um exemplo dessa lógica foram os arredores do Entrepasto Federal de Pescado no Rio de Janeiro, que possuíam uma forte concentração de pescado proveniente de diversos lugares, coexistindo com um mercado insurgente de pescado que desafiava as autoridades, mas usufruía do aporte logístico e constituía cooperação e concorrência com o comércio estabelecido no interior do salão do entreposto. Contudo, embora o mercado insurgente seja potencializado pela logística do entreposto, sua organização, nível de tecnologia e capital, além de trabalho intensivo, diferenciava-se qualitativamente do comércio no salão, sendo considerado, portanto, como circuito inferior da economia urbana do pescado.

Crise econômica e expansão do circuito inferior no Rio de Janeiro

- 15 Na década de 1970 o Rio de Janeiro passou por um profundo esvaziamento administrativo de algumas funções que ainda permaneciam instaladas na antiga capital. A perda de importância da cidade se traduziu no aumento da pobreza absoluta, das favelas e na expansão da periferia nos logradouros mais distantes na metrópole. A visibilidade das questões sociais se deu vis à vis ao agravamento da exclusão social.

- 16 Em 1980, o município do Rio de Janeiro possuía 5.090.790 habitantes e, em 1991, 5.480.788, tendo um acréscimo de 37,40%, enquanto o total da Região Metropolitana do Rio de Janeiro possuía 8.772.355, em 1980, e 9.814.584 em 1991, com acréscimo de 100%. Seguindo o caminho inverso, o nível de ocupação no Centro do município diminuiu em virtude das políticas urbanas das décadas anteriores que desestimulavam a ocupação residencial em detrimento da criação de novas frentes de expansão imobiliária em outros espaços intraurbanos da metrópole (Figura 1).

Figura 1 - Taxas médias geométricas de crescimento populacional dos bairros do município do Rio de Janeiro (1980-1991)

Fonte : Instituto Pereira Passos, 2016.

- 17 Observando a Figura 1, percebe-se que as regiões em azul, onde se encontram os bairros mais antigos e as primeiras áreas de ocupações da cidade, há uma maior tendência ao decréscimo populacional. Em contraste, em tons vermelho, majoritariamente na zona oeste e sul, são áreas com maior índice de ocupação no período em tela. Tais processos derivam dos investimentos públicos em capital fixo na atração do setor imobiliário que seletivamente privilegiaram certas zonas e o tráfego de automóveis.
- 18 A crise política, aliada à crise econômica e à crise fiscal fez com que a metrópole do Rio de Janeiro entrasse em profunda recessão, perdendo importância em relação a outras metrópoles no cenário nacional. Como resultado mais visível dos problemas, ocorreu o crescimento acelerado das favelas e a ocupação dos espaços públicos por ambulantes nas áreas centrais e em outras centralidades da metrópole. Embora os ambulantes estejam presentes desde a fundação da cidade, emprestando uma fisionomia particular à paisagem cultural do Rio de Janeiro (BACKHEUSER, 1944), o aumento expressivo das ocupações de rua se deu concomitantemente ao agravamento da crise econômica, fato ocasionado pelos desinvestimentos em setores essenciais e aos desestímulos ao aporte de capitais na cidade, aumentando significativamente o quadro de desemprego e subemprego.
- 19 A intensificação das desigualdades veio acompanhada da redução do mercado formal de trabalho; recuos nas políticas públicas e privatização de serviços essenciais; desmantelamento de formas de organização social ascendente; aumento do tráfego de

drogas e aumento das assimetrias sociais. Contudo, apesar do aprofundamento da crise econômica na década de 1980, a ampliação do espaço político e do processo de democratização proporcionou a emergência de questões sociais e críticas ao caráter centralizado do planejamento.

- 20 Ribeiro (2013) destaca a intensificação, a partir da década de 1980, dos conflitos entre os camelôs e o poder público nas principais centralidades urbanas da capital (Copacabana e Centro), em diversos segmentos institucionais da ordem urbana. Tais segmentos manifestam-se nas diversas associações classistas e nos aparelhos coercitivos, tais como: lojistas, associações de bairros, fiscais da Secretaria Municipal da Fazenda e Polícia Militar. Neste sentido, surgiram formulações de confinamento espacial e controle da atividade comercial a partir dos Centros Populares de Comércio envolvendo problemas candentes da metrópole fluminense como o desemprego, subemprego e mendicância.
- 21 O aumento do desemprego e o crescimento exponencial dos conflitos entre o poder público e o comércio ambulante no Rio de Janeiro se transformaram, portanto, em um entrave para os planejadores urbanos. No centro do Rio de Janeiro os carros e os peixeiros eram os principais obstáculos para as reformas em curso, sobretudo com o advento do projeto “Corredor Cultural”. Tal projeto, instituído pela Lei nº 506 de 1984 e revisto pela Lei 1.139 de 1987, possuía duas subzonas denominadas de: preservação ambiental e renovação urbana. Baseado na Carta de Veneza¹, o objetivo era garantir a preservação de prédios públicos e a ambiência da área central, incentivando a criação de atividades culturais e de lazer através da criação de bares e restaurantes e um projeto de mercado que nunca saiu do papel, mas segundo os urbanistas que o idealizaram, seria uma “metáfora do mercado antigo”.
- 22 Enquanto o automóvel representava uma concepção urbanística modernista que priorizava o rodoviarismo como modelo de circulação na cidade, o peixe era sinônimo do atraso, de regresso a um tempo em que o centro era visto como lugar insalubre, reduto de vagabundos. Ao passo em que ressaltava a importância do resgate arquitetônico e cultural do centro histórico, a mídia destacava a “sujeira e abandono” enfatizando o cheiro de peixe estragado e os detritos deixados pelo mercado. No artigo “Praça XV entre os lixos e bens tombados” diz que o local convive
[...] entre carroças de catadores de papel e mendigos com sucata. As passarelas de acesso as barcas vivem cheias de camelôs vendendo comida. As extensas calçadas de pedra portuguesa imundas com os restos do mercado de peixe ou cheias de carros estacionados. (JORNAL DO BRASIL, 1984 p. 5)
- 23 Ao atribuir um caráter pejorativo ao comércio na rua (RIBEIRO, 2005) nota-se que o estigma social dos trabalhadores dos circuitos inferiores eram fabricados por consensos gerados na mídia escrita, sempre atualizando a psicoesfera² em consonância com os projetos modernizantes dos agentes hegemônicos na produção e uso da cidade. Tais elaborações imagéticas conduzem a imagens-sínteses das atividades do circuito inferior despidas da reflexão sobre os nexos estruturantes que dão conteúdo à concretude da vida metropolitana nas periferias do capitalismo (RIBEIRO, 2012).

O Mercado Insurgente de Pescado na Praça XV: comércio na rua e centralidade econômica popular

- 24 Para Ribeiro (2005), a classificação de uma gama de atividades distintas no chamado “setor terciário” pode dificultar a problematização do comércio que ocorre nos países periféricos. Baseado em modelos de classificação internacional, mormente apoiado nas realidades dos países centrais, tal classificação – baseada na “teoria dos três setores” da economia proposta por Colin Clark e Allan Fisher em 1938 – induz a uma compreensão limitadora da realidade nas cidades dos países periféricos. Tratando especificamente do comércio em Campinas-SP, o autor denominou os diferentes circuitos da economia urbana como *comércio de eixo, de rua e na rua* para indicar a maneira pela qual a referida cidade se organizou e reorganizou em relação à tensão entre: o centro histórico imantado de relações comunicacionais, cuja densidade presente do comércio de tipo de rua e na rua evidencia práticas comerciais históricas e populares; e uma área de expansão de atividades comerciais modernas pautadas, sobretudo, nas densidades técnicas e informacionais do atual período, situadas nos eixos rodoviários de circulação.
- 25 Para Silva (2012), o processo de globalização expressa geograficamente como meio técnico-científico-informacional exige o redimensionamento da vida de relações e o reconhecimento dos “acontecimentos solidários” que intensificam a divisão territorial do trabalho nos lugares. Neste sentido, as etapas dos processos produtivos se dão pela ótica dos circuitos espaciais e círculos de cooperação.
- Os circuitos espaciais da produção configuram-se em circuitos da acumulação e estruturam-se a partir de uma atividade produtiva inicial e compreendem uma série de etapas do processo de transformação pelas quais um produto passa até chegar ao consumo final -produção, distribuição, comércio e consumo final (BARRIOS, 1978 apud.SANTOS, 1986). Os círculos de cooperação representam os fluxos materiais e imateriais que permeiam as etapas do processo produtivo, mobilizando uma infinidade de agentes para a realização da produção (SILVA, 2012 p. 284)
- 26 Embora a comercialização do pescado na área central do Rio de Janeiro apresente uma configuração territorial distinta daquela analisada por Ribeiro (2005), pode-se compreender a presença do Entrepasto Federal de Pesca como fator de concentração e aglomeração da comercialização da produção do pescado geograficamente dispersa. Igualmente, o entreposto se afigurava como unificador de várias etapas da produção fazendo com que diversas atividades e ocupações ligadas à pesca (carregamento, armazenamento e comercialização) se concentrassem no centro da cidade, conferindo diferentes usos ao território.
- 27 A fluidez e a competitividade como imperativos do tempo presente, e a crescente especialização dos lugares possibilitada pelos sistemas de comunicação e transporte, provocaram o aumento da velocidade e da circulação, da complexificação do processo produtivo e da dispersão espacial das atividades econômicas. Para Castillo e Frederico (2010) o circuito espacial produtivo refere-se à circulação e encadeamento das diversas etapas da produção, revelando a condição espacial como variável ativa na reprodução social a partir do enfoque num determinado ramo ou produto. Dessa forma, apesar de obsoleto, pode-se situar o Entrepasto Federal de Pesca como localidade central do circuito espacial produtivo da pesca no Rio de Janeiro, pois o pescado de diferentes regiões do país chegava ao local, configurando uma rede de concentração e redistribuição do pescado para o mercado varejista.

- 28 Para Arroyo (2017) é na confluência de redes e fluxos mais ou menos intensos que se conforma a vida de relações da cidade. Neste sentido, os vínculos e indissociabilidade entre os circuitos espaciais e os circuitos da economia urbana pode nos fornecer um rico aporte metodológico para compreender a urdidura e a trama metropolitana, pois é a partir da hierarquia de fluxos e fixos, e do entrecruzamento de diversos circuitos produtivos que possibilitam as condições para realização dos circuitos da economia urbana. Tratando-se do comércio do pescado na praça XV, a realização do comércio no interior do entreposto para pequeno e grande comércio varejista, sob a tutela e regulação do Estado, de um lado, e o transbordamento das transações comerciais nos arredores do entreposto no comércio na rua de outro, possibilitava a formação de um circuito inferior especializado no comércio de pescado (Figura 2).

Figura 2 – Comércio de pescado no Centro do Rio de Janeiro (1991)

FONTE: JORNAL O FLUMINENSE, 1991.

- 29 Para Azevedo (2001) as mercadorias comercializadas no setor informal, em grande medida, são lícitas, porém com algum grau de desobediência às regras formais, geralmente sonogando impostos. Tratam-se para o autor de “mercados paralelos” ao mercado formal em que pese às diferentes formas de atuação no comércio, são concorrentes entre si. No caso do comércio informal de alimentos, o autor afirma que além da sonegação fiscal, a produção inflige também às normas sanitárias. No caso do pescado comercializado a céu aberto na Praça XV, era dispensável o certificado de inspeção sanitária, fato que, apesar de representar possíveis riscos à saúde do consumidor, de forma alguma afastava os compradores e consumidores de estarem no local.
- 30 Assim, a denominada “comercialização clandestina” de alimentos se distingue do mercado ilícito por ser definida pela venda de produtos lícitos, caracterizados pela sonegação de impostos e ausência fiscalização sanitária. Há, portanto, um subsistema dentro da economia que desobedece de alguma forma o ambiente institucional legal.

Contudo, tal fator, não é indicativo de que determinadas práticas econômicas se localizem predominantemente ou exclusivamente em um ou noutro circuito da economia urbana, pois o imperativo da fluidez no atual período conta com formas organizacionais que operam em consonância com modelos tecnológicos, normativos e logísticos gerados direta ou indiretamente pelas modernizações, atuando em escala mundial e local. Frequentemente, os agentes que atuam nesses circuitos espaciais contam com o apoio ou convivência do poder público para sua atuação. Nas grandes cidades, o “comércio clandestino” de alimentos pode atuar tanto nos espaços luminosos quanto nos espaços opacos, nos circuitos superiores e inferiores, como fonte de consumo tanto de classes abastadas quanto das classes pobres, logrando respectivamente a possibilidade de ganhos em escala para os grandes agentes que comandam os setores e ramos de alimento e oportunidade de trabalho, consumo e renda para as classes populares.

- 31 Dadas as especificidades do comércio de pescado no centro do município do Rio de Janeiro, entende-se que a nomeação realizada pela mídia corporativa com o apoio da elite local, em “mercados paralelos” ou “mercado clandestino”, reduz a complexidade das trocas socialmente necessárias e, por isso, são pouco promissoras no entendimento do comércio de pescado na Praça XV. Compreende-se, outrossim, o comércio do pescado enquanto “mercado insurgente”, pois, apesar do confronto com a mídia impressa e o poder público, sua realização era abrigo para os mais pobres, possibilitando a reprodução da vida, como afirma a barraqueira Iolanda da Silva de Oliveira que comercializava no local há sete anos no momento da sua entrevista ao *Jornal do Brasil*:

Já estamos aqui há muito tempo, faz parte da vida na cidade. Se o mercado sair, vou demorar um tempão para conseguir outro ponto em outro lugar (JORNAL DO BRASIL, 1980)

- 32 As atividades do mercado insurgente de pescado na Praça XV de Novembro ocorriam junto às transações do Entrepósito Federal de Pescado. Segundo Seu Ivo, pescador e “cercadeiro”³ do bairro de Pedra de Guaratiba, que teve um boxe no interior do entreposto na década de 1980, afirma que as transações comerciais funcionavam de acordo com as normas fiscais e sanitárias estabelecidas pelo Estado.

[...] o mercado é dividido em várias bancas, vários boxes, cada um tem um box, quer dizer...um desses que trabalham lá dentro do sistema do mercado, são pessoas que não são...o mercado não é de quem trabalha ali, é do governo. Então essas pessoas que trabalham que tem as concessões dos boxes, essas pessoas, cada um trabalha no seu box e faz o seu preço. Tem o leiloeiro ou pregoeiro, cada box tem o seu pregoeiro e ele faz o preço. (Depoimento Seu Ivo- Fonte: Acervo NUTEMC-FFP, 2019)

- 33 A quantidade formidável de pescado no Entrepósito atraía supermercados, grandes peixarias, cooperativas de compras e feirantes. No entanto, quando o volume de pescado excedia a capacidade do entreposto, o comércio era realizado pelo lado de fora, na vizinhança e arredores do entreposto, evidenciando a importância dessas práticas de comércio de pescado enquanto *mercado socialmente necessário* (RIBEIRO, 2005).
- 34 No Entrepósito Federal, o pescado que chegava das embarcações e caminhões eram carregados para o interior para passar pela balança, ser medido e inspecionado pelos fiscais da CIBRAZEN⁴. Chegando a um dos 72 boxes do mercado, a comercialização era realizada por um dos pregoeiros, pessoas responsáveis pela banca com licença expedida pela CIBRAZEN, que ficavam com cerca de 7% do lucro bruto das pescarias nessa função de mediação e venda. A venda era feita por encomenda ou por leilão. Com o passar do

tempo o papel do pregoeiro se ampliou, conforme consolidava seu papel de atravessador expressivo, tornando-se ele próprio dono de embarcações, credor das pescarias e comercializando a prazo com os compradores (90 dias para supermercados e 60 aos pequenos varejistas). Em entrevista realizada com Gilberto Alves, pescador e presidente da Colônia Z8 no município de Niterói, ele relata a ampliação do papel dos pregoeiros nas transações comerciais da pesca.

Como nasceu o pregoeiro? Os donos de barco chegavam, as vezes de uma pescaria rápida, eles deixavam aquela porção de caixa de peixe, naquele tempo era caixa de madeira né, de bambu né. Grandão com peixe para o cara vender. Então ele pagava um cara, uma pessoa para vender aquele peixe e essa pessoa ganhava a parte do barco, na divisão do quinhão da população da tripulação, essa pessoa que vendia, que ficava lá vendendo ganhava um quinhão. Ele viu que era uma coisa lucrativa. Aí juntou os vendedores de cada barco e fizeram uma associação de pregoeiros e esse pregoeiro começou a trabalhar com o pescador. Aí em vez dele cobrar a parte, a parte que ele tinha direito, ele começou a exigir porcentagem. Aí a porcentagem dele era variável. Eles começaram a tocar 10% em cima do negócio. (Depoimento Gilberto, Fonte: SOUZA JUNIOR, 2021, Relatório de pesquisa)

- 35 Devido à expansão do mercado na Praça XV, a comercialização do pescado se dava em três áreas distintas. A primeira localizava-se no interior do entreposto, onde entravam os vendedores e compradores credenciados pela CIBRAZEM. A segunda área, localizada nos portões do entreposto, ficavam os vendedores que não conseguiam entrar, mas possuíam as credenciais e os certificados de inspeção sanitária dos veterinários do entreposto. Por último, contígua à segunda área e se estendendo pela Rua Alfred Agache, o pescado era limpo e comercializado por ambulantes em barracas de madeira (Figura3).

Figura 3 – Caminhões e barracas na parte externa do Entreposto Federal de Pesca na Praça XV – Rio de Janeiro (1991)

FONTE: JORNAL DO BRASIL, 1991.

- 36 A quantidade de pessoas e caminhões (em média 50 caminhões, contando compradores e vendedores) que chegavam à Rua Alfred Agache, frequentemente provocava engarrafamentos no Centro do Rio. Destacando que o mercado insurgente de pesca era responsável por uma parte significativa do abastecimento do pescado na cidade e outras localidades. Muitos dos comerciantes varejistas que não conseguiam comprar o pescado no interior do entreposto, compravam dos comerciantes do lado de fora. No mercado insurgente as transações eram realizadas a céu aberto, sem fiscalização, através do leilão realizado por caminhoneiros autônomos (atravessadores) e os barraqueiros na rua. As transações eram realizadas principalmente a retalho, isto é, no varejo. Após as barracas de comercialização do pescado, pequenas barracas com mesas vendiam peixe frito na hora, mercado de alimentação e refeições garantindo também a quebra de rotina, notabilizando-se, para além das trocas mercantis, pelas possibilidades de encontros fortuitos, trocas e intercâmbios culturais entre diferentes classes, lugares e gerações na cidade.

Considerações Finais

- 37 Noções como “mercado clandestino” ou “mercado paralelo” para se referenciar às práticas do comércio de pescado nas aglomerações do entorno do antigo Entreposto Federal de Pesca, na Praça XV de Novembro, na área central do Rio de Janeiro, é uma forma de estigmatizar os usos populares da cidade e ocultar não apenas os vínculos entre território, mercado e lugar, mas também a unidade orgânica e dialética entre os circuitos da economia urbana do pescado na metrópole fluminense. Trata-se, portanto, de imagens-síntese (RIBEIRO, 2012) cuja produção responde à difusão de uma psicoesfera (SANTOS, 2012) necessária às modernizações a serviço de usos hegemônicos da cidade.
- 38 Propomos aqui compreender o comércio do pescado do circuito inferior da economia praticado nas aglomerações do entorno do Entreposto Federal enquanto *mercado insurgente*. Ou seja, mercados de contrafinalidade, contra-hegemônicos, portadores de outras racionalidades, territorialmente situadas, ora conflitivas, ora em cooperação, frente à irracionalidade dos projetos hegemônicos “de cima para baixo” da ordem urbana tocada por agentes e interesses que desestabilizam a vida de boa parte dos sujeitos sociais dos mercados centrais e populares na metrópole fluminense.
- 39 Esse mercado insurgente de contraordem urbana é expressivo do circuito inferior da economia urbana (SANTOS, 1978) e do mercado socialmente necessário (RIBEIRO, 2005). Como abrigo, recurso e possibilidade, o mercado insurgente de pesca no Centro do Rio de Janeiro desafiava a ordem urbana, redimensionando o papel do pescado na reprodução social das classes populares e da cidade como um todo. Por essa via, é possível tencionar os atos de memória coletiva na cidade para além do binômio formal-informal e das nomeações que buscam classificar as práticas econômicas dos mais pobres nos contextos urbanos em “clandestinas” ou “paralelas”. Compreende-se, portanto, que o desvendamento de outros usos do território – possíveis, invisibilizados ou inviabilizados – a partir do mercado insurgente da pesca, incorpora os sentidos e atos de memória coletiva popular, evidenciando o papel fundamental dos pobres na vitalidade da sociodiversidade e na produção da cidade.

BIBLIOGRAFIA

- ARROYO, M.. A economia invisível dos pequenos In: CATAIA, Márcio; DANTAS, Aldo; ARROYO, Mônica(org.). *Dos circuitos da economia urbana aos circuitos espaciais de produção: um diálogo com a teoria de Milton Santos*. Natal: Sebo Vermelho, pp. 53-63, 2017.
- AZEVEDO, P. Na clandestinidade: o mercado informal de carne bovina. In: *International Conference on Agri-Food Chain/Networks Economics and Management*, I, pp. 1-12, 2001
- BACKHEUSER, E.. O comércio ambulante e ocupações de rua no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, VII, pp. 3-34, 1944.
- CACCIAMALI, M. C. (Pré-) Conceito sobre o setor informal, reflexões parciais embora instigantes. *Econômica*, XI, pp.145-168, 2007.
- CACCIAMALI, M. C. Informalidade, flexibilidade e desemprego - necessidade de regras e de políticas públicas para o mercado de trabalho e o exercício da cidadania. *GEOUSP*, V, pp. 77-90, 2001.
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- CASTILLO, R. A.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. *Sociedade & Natureza*, XXII, pp. 461-474, 2010.
- HIRATA, G. ; MACHADO, A. F. Conceitos de formalidade/informalidade: uma proposta de tipologia. In: *IPEA/ mercado de trabalho*. XXXIV, 23-29, 2007.
- LEAL, L. Reforma vai tirar peixe e trânsito da praça XV. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. p. 1-5, . 23.09.1984 .
- JORNAL DO BRASIL. Nem feira nem peixe na praça XV: plano diretor prevê um novo pólo pesqueiro no Rio de Janeiro, longe do centro da cidade.. Rio de Janeiro p. 8, 22/02/1991.
- JORNAL DO BRASIL. Praça Xv: entre lixos e bens tombados. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. p. 1-4, 4.11.1994.
- O FLUMINENSE. Pescadores querem um novo local para entreposto no Rio. Niterói. p.5. 30.05.1991
- LEMONS J. *Relatório da Missão Portuguesa de Pesca no Brasil*. Lisboa: Editor Estudo da Pesca no Brasil, 1956.
- MONTENEGRO, M. R.. A teoria dos circuitos da economia urbana de Milton Santos: de seu surgimento à sua atualização. *Revista Geográfica Venezuelana*, LIII p. 147-164, 2012.
- OLIVEIRA, F. *Economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis: Editora Vozes, 1973.
- OLIVEIRA, F. L. *Condicionantes territoriais para estimativas populacionais para unidades submunicipais*. Rio de Janeiro: Editora IPP/Prefeitura do município do Rio de Janeiro, 2016.
- RIBEIRO, A. C. T. Desenvolvimento local e a arte de resolver a vida In: SILVA, C.A; AMARAL, L.C.P; RIBEIRO, F.; VAZ, L.; JACQUES, P.; EGLER, T.(org.), *Por uma sociologia do presente*. Rio de Janeiro: Letracapital, pp. 75-91, 2013.
- RIBEIRO, A. C. T. Desenvolvimento local e a arte de resolver a vida In: SILVA, C.A; AMARAL, L.C.P.; Metrôpole: sentidos de fragmentação. In: SILVA, C. A.da; OLIVEIRA, A. L. de; RIBEIRO, A. C. T. Desenvolvimento local e a arte de resolver a vida In: SILVA, C.A; AMARAL, L.C.P; (org.). *Metrôpoles: entre o global e as experiências cotidianas*. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 93-109, 2012.

- RIBEIRO, A. C. T. Desenvolvimento local e a arte de resolver a vida In: SILVA, C.A; AMARAL, L.C.P.; Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: SILVA, C. A. da; BERNARDES, J. A.; ARRUZZO, R. C. RIBEIRO, A. C. T. (org.), *Formas em crise: utopias necessárias*. Rio de Janeiro: Arquimedes, p.93-111, 2005.
- RIBEIRO, A. C. T. Desenvolvimento local e a arte de resolver a vida In: SILVA, C.A; AMARAL, L.C.P.; *Urbanidade e vida metropolitana*. Rio de Janeiro: Editora JOBTRAN, 1996.
- RIBEIRO, A. C. T. Desenvolvimento local e a arte de resolver a vida In: SILVA, C.A; AMARAL, L.C.P.; Crise urbana e novas imagens do trabalho: recortes analíticos do pequeno empresário. In: *Anais do XVIII Encontro Nacional da ANPOCS*, Caxambu- MG, p. 21, 1994.
- RIBEIRO, L.H. L. *O comércio na cidade de Campinas: os casos do Centro e do eixo D. Pedro I*. Monografia de Conclusão de Curso em Geografia. Instituto de Geociências. Universidade Estadual de Campinas, 139 p. 2005.
- SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.
- SANTOS, M. (1996). *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Editora Edusp, 2012.
- SANTOS, M. *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994a.
- SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida; SILVEIRA, Maria Laura (org.) *Território: Globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, pp.15-20, 1994b,
- SANTOS, K. L. dos. Da informalidade ao circuito inferior: um estudo sobre a economia urbana em gana no sécXXI In: *Revista Geographia*, XXIII, pp. 1-18, 2020.
- SILVA, S.C. da. O circuito inferior de produção na metrópole de São Paulo: elementos para o debate do território usado. *Caminhos de Geografia* (UFU), XIII, pp. 282-292, 2012.
- TEIXEIRA, G. S. de A. Observações acerca da reestruturação urbana na Zona Portuária do Rio de Janeiro, Ano III n 5 [2014] Espaço e Economia <<https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.1323>> acessado em 27 de maio de 2021.
- TOZI, F. *Rigidez normativa e flexibilidade tropical: investigando os objetos técnicos no período da globalização*. Tese Doutorado em Geografia. Programa de Pós Graduação em Geografia. Universidade de São Paulo, 262 p., 2012.

NOTAS

1. Documento criado no segundo Congresso de arquitetos e técnicos dos Monumentos Históricos ICOMOS- Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos- em maio de 1964. Dentre as ideias que fundamentavam o documento estavam “a preservação dos monumentos de cada povo e que permanecem como testemunho vivo das tradições seculares”.
2. Refere-se à dimensão imaginada, de sentidos e valores que, de forma correlata, mas não coincidente às formas materiais dos objetos técnicos fabricados no espaço, a tecnosfera, conferem legitimidade ou limitam os usos hegemônicos do território no tempo presente.
3. O cercado é um tipo de técnica que consiste na captura do pescado em águas interiores. A construção é feita com estacas que fixam no fundo da água. É constituída de paredes/guias para os peixes que conforme se embrenham, acabam ficando aprisionados.

4. Companhia Brasileira de Armazenamento foi extinta em 1990 para dar lugar à Companhia Nacional de Abastecimento.

RESUMOS

O marco conceitual-analítico dos circuitos da economia urbana elaborado por Milton Santos (1978) permite compreender as modernizações nas formações espaciais da periferia do sistema capitalista, promotoras de desiguais formas organizacionais, tecnológicas, de capital e trabalho, expressas na relação de cooperação e conflito entre os circuitos da economia nas cidades. A partir do território usado, busca-se aqui compreender o circuito inferior de pescado no Centro do Rio de Janeiro (1980-1991) enquanto mercado insurgente, sua relação conflituosa com a esfera pública estatal e sua existência enquanto usos populares do território na cidade.

The conceptual-analytical framework of the circuits of the urban economy elaborated by Milton Santos (1978) allows us to understand the modernizations in the spatial formations on the periphery of the capitalist system, which promote unequal organizational, technological, capital and labor forms, expressed in the relationship of cooperation and conflict between economic circuits in cities. From the territory used, we seek to understand the inferior fish circuit in downtown Rio de Janeiro (1980-1991) as an insurgent market, its conflicting relationship with the state public sphere and its existence as popular uses of the territory in the city.

Le cadre conceptuel analytique des deux circuits de l'économie urbaine développé par Milton Santos (1978) permet de comprendre les modernisations dans les formations spatiales de la périphérie du système capitaliste. Ce système est responsable par des formes organisationnelles, technologiques, de capital et de travail inégales, exprimées dans la relation de coopération et de conflit entre les circuits économiques des villes. À partir du concept de territoire utilisé, on veut déchiffrer le circuit inférieur du poisson — situé au centre de ville de Rio de Janeiro (1980-1991) — comme un marché insurgent grâce à sa relation conflictuelle avec la sphère publique de l'État et à son existence en tant qu'une zone populaire d'utilisation du territoire urbain.

El marco conceptual-analítico de los circuitos de economía urbana desarrollado por Milton Santos (1978) permite comprender las modernizaciones en las formaciones espaciales de la periferia del sistema capitalista, que promueven formas organizativas, tecnológicas, de capital y de trabajo desiguales, expresadas en la relación de cooperación y conflicto entre circuitos económicos en las ciudades. A partir del territorio utilizado, buscamos entender el circuito de pesca inferior del centro de Río de Janeiro (1980-1991) como un mercado insurgente, su relación conflictiva con la esfera pública estatal y su existencia como usos populares del territorio en la ciudad.

ÍNDICE

Keywords: territory in use; urban economy circuits; insurgent market; fish trade; XV Square

Palabras claves: territorio utilizado; circuitos de la economía urbana; mercado insurgente; comercio de pescado; Plaza XV

Palavras-chave: território usado; circuitos da economia urbana; mercado insurgente; comércio de pescado; Praça XV

Mots-clés: territoire utilisé; circuits de l'économie urbaine; marché insurgent; commerce du poisson; Place XV

AUTORES

LUÍS DE SOUZA JUNIOR

Mestre em Geografia e Doutorado em História Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Extensão Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas da FFP UERJ, pesquisador da rede Geografias da pesca. Email: Ljunior.geo@gmail.com

LUIS HENRIQUE LEANDRO RIBEIRO

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas, Pós-Doutor em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, professor adjunto no Departamento de Geografia e no programa de Pós- Graduação em Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Email: luis.ribeiro@yahoo.com

CATIA ANTONIA DA SILVA

Professora Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas. Membro Permanente dos Programas de Pós-Graduação em Geografia e em História Social (área de Concentração História Social do Território) - FFP- UERJ. Email: Catia.antonio@gmail.com